

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

1 -----Aos trinta e um dias do mês de Outubro do ano de dois mil e onze,
2 nesta vila de Bombarral e salão nobre do edifício dos Paços do Município,
3 realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a
4 presença do senhor presidente da Câmara José Manuel Gonçalves Vieira, da
5 senhora vice-presidente Joana Isabel Pina Patuleia Figueiras, e dos senhores
6 vereadores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins, Lúcia Maria Silva
7 Poseiro, João Miguel Castanheira da Silva, Maria Arminda Oliveira Sousa e
8 José Victor Ribeiro Silva.-----

9 -----Secretariou a reunião o Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira
10 Taborda Ferreira.-----

11 -----Esteve igualmente presente a Técnica Superior Jurista Margarida
12 Santos.-----

13 -----Pelas 17:00 horas foi a reunião declarada aberta pelo senhor
14 Presidente da Câmara.-----

15 **1136 ACTA N.º 23/2011:** Depois de lida e introduzidas algumas correcções foi
16 deliberado por maioria com a abstenção do senhor vereador João castanheira
17 e o voto favorável dos restantes membros do executivo aprovar a acta n.º
18 23/2011, respeitante à reunião ordinária de Câmara de dia 17 de Outubro.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

19 **DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

20 **1137 ENCONTRO COM O SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO 1960 DO**
21 **ROTARY CLUB:** José Coelho, Governador do Distrito 1960, efectuou no
22 passado dia 18 de Outubro uma visita oficial ao Rotary Clube do Bombarral,
23 com vista a inteirar-se do trabalho que o clube bombarralense tem vindo a
24 desenvolver junto da comunidade. O programa da visita ao Bombarral iniciou-
25 se com um encontro na Câmara Municipal, de acordo com a solicitação dos
26 responsáveis pelo Rotary Club do Bombarral. A comitiva foi recebida por mim,
27 pela senhora Vice-presidente e pelo senhor Vereador Nuno Mota da Silva. O
28 senhor Governador, fez-se acompanhar, pelo senhor director do Agrupamento
29 de Escolas Fernão do Pó, Emanuel Vilaça, pela Presidente do Rotary Clube do
30 Bombarral, Diane Lopes, entre outros elementos do clube. No encontro
31 aproveitei para relembrar “o ambiente de festa e de grande expectativa” vivido
32 no dia 20 de Junho de 2010, data da entrega da Carta Constitucional ao Rotary
33 Clube do Bombarral, assim como “a força e o dinamismo” demonstrados na
34 altura pela então presidente do clube, Teresinha Heliodoro. Olhando para o
35 “trabalho meritório e enriquecedor” que tem sido desenvolvido até aqui, referi
36 que “valeu a pena o desafio que a Presidente do Rotary Clube de Porto Mós,
37 Olga Silvestre, lançou à sua amiga Teresinha Heliodoro”, bem como o incentivo
38 que eu próprio, enquanto autarca, dei para que o clube fosse constituído.
39 Aproveitei para reafirmar o nosso “reconhecimento e gratidão pelo trabalho
40 desenvolvido por este magnífico grupo de trabalho local nas áreas do apoio
41 social, na ajuda a famílias carenciadas, na promoção do empreendedorismo e
42 na realização de iniciativas culturais, recreativas e desportivas”. Deixei ainda
43

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

44 uma palavra de agradecimento e incentivo acerca da concretização do projecto
45 a que o Rotary Clube do Bombarral e a autarquia se propuseram, e que
46 consiste no equipamento da sala de multi-deficiência do novo Centro Escolar
47 do Bombarral, obra que o município está a levar a cabo. O senhor Governador,
48 José Coelho, teceu rasgados elogios ao clube do Bombarral que é o mais
49 recente do Distrito 1960, “pelo trabalho exemplar que tem desenvolvido na
50 comunidade”, e que considera ser “um exemplo para muitos outros clubes”.
51 Destacou também o facto do Rotary Clube do Bombarral ser maioritariamente
52 constituído por jovens, afirmando que “de momento um dos desafios do nosso
53 movimento é precisamente ter mais jovens e ter cada vez mais senhoras”. O
54 Governador afirmou ainda que o Bombarral se deve orgulhar por ter “um grupo
55 de homens e mulheres cuja única causa é servir a comunidade e mitigar o mais
56 possível as carências das pessoas”. Houve também lugar a uma troca de
57 lembranças e de seguida efectuámos uma visita à sala de multi-deficiência, a
58 funcionar no edifício número 2 da Escola Básica do 1º Ciclo do Bombarral, e às
59 obras do novo Centro Escolar. Após a reunião de trabalho, que decorreu na
60 sede do clube, no edifício da Junta de Freguesia do Bombarral, realizou-se o
61 jantar comemorativo, seguido da cerimónia de emblemagem dos novos sócios
62 -----A senhora vice-presidente da Câmara subscreveu esta declaração..-----
63 **1138 ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Estive presente na sessão da Assembleia
64 Municipal do passado dia 19, na qual foram aprovados os seguintes
65 documentos: - Taxa de direitos de passagem – Derrama - Imposto Municipal
66 sobre Imóveis - Regulamento dos horários de funcionamento dos
67 estabelecimentos de venda ao público e prestação de serviços. -----
68 -----A senhora vice-presidente e a senhora vereadora Lúcia Poseiro
69 subscreveram esta declaração..-----
70 **1139 CARVALHAL - ACÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO JUNTO DOS IDOSOS** A GNR
71 está a realizar sessões para alertar a população idosa sobre burlas e assaltos,
72 dando conselhos sobre que comportamentos adoptar para evitar situações que
73 facilitem os “contos do vigário”, furtos e actos que envolvam violência. A convite
74 do senhor comandante do posto da GNR do Bombarral, sargento Leandro
75 Rebelo acompanhei o senhor presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal,
76 João Mendonça, nesta sessão, em que na minha opinião os esclarecimentos
77 prestados foram bastante úteis para os idosos. Relatando casos de idosos que
78 foram agredidos e assaltados nas suas residências, o senhor comandante
79 chamou a atenção para certas rotinas que facilitam a vida aos criminosos,
80 aconselhando a que não se deixem recados na porta a dizer que se está fora e
81 a hora ou dia que estão de regresso. Também não devem deixar a porta aberta
82 ou com um cordel de abertura do lado de fora. E nem colocar a chave debaixo
83 do tapete ou num vaso, porque são os sítios onde vão logo procurar. Em casa
84 todos devem manter as portas e janelas fechadas, e colocar um óculo e uma
85 corrente de segurança na porta, e não devem deixar entrar pessoas sem ter a
86 certeza quem são. Se estiverem sozinhos em casa, não deixem que isso se

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

87 perceba. Devem fingir que estão acompanhados de um familiar ou amigo. Não
88 devem fornecer qualquer informação sua, de vizinhos ou conhecidos a
89 estranhos, pois poderá ser usada para a prática de burlas. O comandante
90 incentivou os idosos a cultivarem relações de boa vizinhança, pois o apoio
91 recíproco entre vizinhos de confiança pode ajudar em situações duvidosas ou
92 de emergência, pelo que apelou aos idosos para regularmente contactarem
93 entre si para saberem uns dos outros. Imprescindível é ter sempre à mão os
94 números de telefone das autoridades policiais. Nesta sessão, que decorreu ao
95 longo de duas horas, foi ainda focada a entrada em funcionamento da
96 Televisão Digital Terrestre (TDT) e as práticas comerciais que levam os
97 consumidores a acreditar que para continuarem a receber os canais de
98 televisão em sinal aberto necessitam de subscrever um serviço pago, sendo
99 relatadas situações de venda porta a porta e de contactos telefónicos com
100 propostas de contratação de um serviço pago alegando ser o único recurso
101 possível para continuar a ver televisão. A GNR irá levar esta acção a todas as
102 freguesias do concelho. -----

103 **1140 PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE A**
104 **ESCOLA SUPERIOR DE TURISMO E TECNOLOGIA DO MAR DE PENICHE**
105 **DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA E O MUNICÍPIO DO**
106 **BOMBARRAL:** O Município do Bombarral, representado por mim e a ESTTM -
107 Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, do Instituto Politécnico de
108 Leiria, com sede em Peniche, assinaram na passada sexta-feira, dia 21 de
109 Outubro, um protocolo de cooperação técnica e científica. Embora seja
110 abrangente a várias áreas, a primeira acção a desenvolver no âmbito desta
111 cooperação será um trabalho de investigação, no âmbito da Tese de Mestrado
112 em Marketing e Promoção Turística, que incidirá sobre as potencialidades
113 turísticas do concelho do Bombarral. O documento foi assinado no Salão Nobre
114 dos Paços do Município por mim, em representação do Município e pela
115 directora da ESTTM, a bombarralense Teresa Mouga. Cumprimentei e saudei
116 os responsáveis pela Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, do
117 Instituto Politécnico de Leiria, considerando ser uma honra receber esta
118 prestigiada instituição ligada ao ensino superior público e que se distingue na
119 prestação de serviços à comunidade, indo muito para além das actividades que
120 realiza, nos domínios do ensino, da formação profissional e da investigação.
121 Destaquei a importância do protocolo, na medida em que este acordo entre as
122 duas instituições, abre caminho não só à cooperação técnica, mas também
123 científica, permitindo uma colaboração estreita no âmbito das áreas de
124 recursos humanos, na colocação de alunos estagiários, de todas as áreas da
125 Escola Superior e também na utilização de meios técnicos e infra-estruturas
126 tecnológicas para a realização de trabalhos de investigação, aprendizagem e
127 formação. As áreas abrangidas pela escola são do máximo interesse para o
128 nosso concelho e para a região e por essa razão, temos enorme expectativa
129 para que se iniciem os trabalhos. Estou convicto que com este estudo

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

- 130 encontraremos a melhor estratégia para tirar partido do potencial que temos em
131 termos históricos, culturais e patrimoniais, resultando o mesmo no
132 enriquecimento do nosso território, tornando-o mais visível e atractivo. Embora
133 esta colaboração se inicie na área do turismo, a ESTTM tem igualmente
134 competência na área das ciências e tecnologias do mar, que podemos e
135 devemos adaptar a nossa autarquia, como é exemplo a área da engenharia
136 alimentar ou da biologia. -----
137 -----A senhora vice-presidente da Câmara subscreveu esta declaração..-----
138 **1141 HOMENAGEM AO DR. HENRIQUE COIMBRA – INAUGURAÇÃO DA RUA**
139 **COM O SEU NOME:** Foram muitos os familiares e amigos do Dr. Henrique
140 Alberto Martins Coimbra que se reuniram, no passado sábado, dia 22 de
141 Outubro, no Bombarral, para a inauguração da rua com o seu nome, numa
142 homenagem do Município do Bombarral ao médico que marcou várias
143 gerações de bombarralenses. Antes do descerramento da placa da referida
144 rua, que se estende desde o Centro de Saúde até à Avenida Inocência Cairel
145 Simão, os familiares e amigos do Dr. Henrique Coimbra juntaram-se na
146 Câmara Municipal, enchendo por completo o Salão Nobre do edifício dos
147 Paços do Município. Acompanhado pelos três filhos do homenageado - Ana,
148 Henrique e João -, recebi os convidados e recordei alguns aspectos da vida e
149 do interesse do ilustre médico, que dedicou a maior parte da sua vida ao
150 Bombarral e aos bombarralenses. Relembrei a proposta aprovada em Reunião
151 de Câmara de 22 de Junho de 2011, e expliquei que é justa e fundamenta-se
152 na dedicação, profissionalismo e altruísmo demonstrado pelo cidadão Henrique
153 Coimbra ao longo de várias décadas em prol da assistência e cuidados de
154 saúde prestados à população do nosso concelho.-----
155 -----A senhora vice-presidente e a senhora vereadora Lúcia Poseiro
156 subscreveram esta declaração.. -----
157 **1142 JANTAR DE ANIVERSÁRIO DO GRUPO DE TEATRO AMADOR**
158 **LENDARIOS DA DELGADA:** Estive presente no jantar comemorativo do 19º
159 aniversário do grupo de teatro amador os “Lendários” no qual tive oportunidade
160 de desejar as maiores felicidades aos seus elementos, em prol do
161 desenvolvimento cultural do concelho. -----
162 -----A senhora vice-presidente da Câmara subscreveu esta declaração..-----
163 **1143 PASSAGEM DO RAID FIGUEIRA DA FOZ-LISBOA PELO BOMBARRAL:**
164 Recebi a comitiva de organizadores e participantes no Raid Figueira da Foz –
165 Lisboa em automóveis clássicos, organizado pelo Automóvel Clube de
166 Portugal, uma vez que esta prova voltou a ter um ponto de controlo na vila do
167 Bombarral. O Raid realizou-se no dia 23 de Outubro e nem a chuva que se fez
168 sentir na tarde do último dia de prova impediu que os bombarralenses tivessem
169 a oportunidade de admirar os fabulosos automóveis clássicos com data de
170 fabrico anterior a 1939. -----
171 **1144 REUNIÃO COM A NOVA DIRECÇÃO DO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL**
172 **DO BOMBARRAL:** Recebi a Direcção do Centro Social e Paroquial do

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

- 173 Bombarral, numa sessão de apresentação daquele grupo dirigente, tendo-se
174 trocado impressões sobre pormenores técnicos da obra da nova Creche e
175 previsões para o cumprimento do protocolo comum. -----
- 176 **1145 APRESENTAÇÃO DA PEÇA “NEM S. BENTO NOS VALE”:** O Grupo de
177 Teatro Amador "Os Lendários" (Delgada) apresentou no Teatro Eduardo
178 Brazão um conjunto de quadros de revista intitulado ("Nem S. Bento nos Vale"),
179 com o lucro das entradas a reverter a favor da União Cultural e Recreativa do
180 Bombarral. A peça, composta por diversos sketches humorísticos,
181 excelentemente encenados por São Brazão, oferece ao espectador cerca de
182 duas horas repletas de diversão e música. Num desfile de personagens
183 populares e bem representativas da sociedade portuguesa, os actores
184 amadores do grupo, mostraram uma qualidade e nível de representação muito
185 acima da média, sendo esta aliás uma realidade a que nos vêm habituando de
186 há uns anos a esta parte. Para acarinhar este trabalho cultural, reconhecido em
187 todos os locais por onde passa, fizeram questão de estar presentes, o
188 presidente e vice-presidente da Câmara Municipal do Bombarral, bem como a
189 Presidente da Junta de Freguesia da Roliça, entre um numeroso público,
190 maioritariamente delgadense que também quis manifestar o enorme apreço
191 que tem pelo trabalho desenvolvido pelos seus jovens. Do elenco,
192 maioritariamente jovem, fazem parte rapazes e raparigas que cantam e
193 encantam na arte de pisar o palco e representar. Após o final, o grupo foi
194 aplaudido entusiasticamente de pé pelo público presente e, já nos bastidores,
195 tive oportunidade de transmitir aos seus elementos o meu agrado pela
196 qualidade do trabalho apresentado e incentivei todos a continuarem a
197 desenvolver a actividade teatral no concelho.-----
- 198 -----A senhora vice-presidente da Câmara subscreveu esta declaração.-----
- 199 **1146 FESTIVAL DE GASTRONOMIA DE SANTARÉM:** A convite da Turismo do
200 Oeste e do Município da Nazaré estive presente na acção intitulada Dia do
201 Oeste, no Festival de Gastronomia de Santarém. O Oeste, desta feita
202 representado pelo Município da Nazaré, apresentou alguns dos seus principais
203 pratos típicos, tendo como palco a Casa do Campino. Neste dia dedicado ao
204 oeste, foi apresentada uma refeição baseada em produtos do mar e
205 confeccionada por alunos da Escola Profissional da Nazaré. Da refeição,
206 preparada para cerca de 200 pessoas, constaram iguarias relacionadas com o
207 Mar e as tendências gastronómicas da Nazaré, embora para sobremesa não
208 tivesse faltado o dueto de Maçã e Pêra Rocha do Oeste, tudo acompanhado
209 por vinhos da região Oeste, com destaque para o Sottal da Companhia
210 Agrícola do Sanguinhal. A animação esteve a cargo do Rancho Folclórico Tá-
211 Mar da Nazaré. -----
- 212 **1147 ENTREGA DO PRÉMIO JOSÉ DUARTE AOS MELHORES ALUNOS DA**
213 **ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO VALE COVO:** Estive presente na
214 cerimónia de entrega do Prémio José Duarte aos melhores alunos da Escola
215 Básica do 1º ciclo do Vale Covo. Mariana Madruga Bernardino e Daniel

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

216 Alexandre Domingos Várzea foram os alunos da Escola Básica do 1º Ciclo do
217 Vale Covo que este ano receberam o Prémio Escolar José Duarte e Adelaide
218 Gomes Duarte, sendo de destacar que a primeira acumulou com o título de
219 melhor aluna do concelho. Este prémio surgiu por iniciativa de Jaime Duarte,
220 numa homenagem aos seus pais, naturais da aldeia do Vale Covo, tendo sido
221 instituído em 16 de Abril de 1971. Além da criação deste prémio, ao longo da
222 sua vida o benemérito também contribuiu para a construção da igreja, assim
223 como para vários melhoramentos na localidade. Atribuído anualmente, este
224 prémio de mérito escolar, foi criado com o objectivo de premiar a aluna e o
225 aluno com melhor avaliação no final do 4º ano de escolaridade, tendo cada
226 estudante recebido uma verba de 15 Euros, que resulta dos juros de um
227 depósito bancário no valor de 100 Contos (500 Euros). A entrega do prémio
228 ocorreu no passado dia 30, último Domingo de Outubro, como foi inicialmente
229 estipulado, tendo a cerimónia decorrido na sede da Junta de Freguesia do Vale
230 Covo. Além dos alunos premiados, que se fizeram acompanhar pelos pais, por
231 alguns familiares e colegas, a sessão contou com a presença das professoras
232 da Escola do Vale Covo, Maria Amélia Rocha Correia, Maria Lourdes
233 Henriques e Maria José Santos, do presidente da Câmara Municipal do
234 Bombarral, José Manuel Vieira, e de Mariana Costa, da Junta de Freguesia do
235 Vale Covo e da Professora Mafalda Conceição e Silva, em representação do
236 agrupamento, tendo esta em conjunto com o presidente da Câmara entregue
237 os Prémios. A cerimónia terminou com um beberete, dedicado aos estudantes
238 galardoados e oferecido a todos os presentes. -----
239 **1148 TARDE CULTURAL NO SALGUEIRO:** Estive presente na tarde Cultural na
240 sede da Associação Cultural e Recreativa do Salgueiro, organizada pelo Grupo
241 Etnográfico Danças e Cantares Belo Horizonte do Salgueiro, este programa
242 contou com a presença do Rancho Infantil "Os Pimpolhos" da ARECO e com a
243 representação da peça "nem S. Bento nos vale" pelo Grupo de Teatro "Os
244 Lendários" da Delgada. Felicito o Grupo Etnográfico Danças e Cantares Belo
245 Horizonte do Salgueiro pelo facto de continuarem a lutar contra todas as
246 dificuldades actuais, organizando eventos que permitem angariar alguns
247 fundos, essenciais para a subsistência do grupo. -----
248 **1149 REUNIÃO COM A COMISSÃO POLÍTICA DO PARTIDO SOCIAL-**
249 **DEMOCRATA:** A pedido do senhor presidente da comissão política do PSD do
250 Bombarral, reuni com alguns elementos da referida comissão. Como foi uma
251 reunião para esclarecimento de algumas situações que envolvem matéria
252 jurídica, fiz-me acompanhar pela Jurista do Município, Dr.ª Margarida Santos
253 que, mais uma vez, esteve à altura dos esclarecimentos que havia a prestar. --
254 **1150 RUA INFANTE D. HENRIQUE – EDIFICADO EM RUÍNAS:** Realizou-se a
255 vistoria ao edificado em ruína sito na Rua Infante D. Henrique, tendo sido feito
256 neste acto inspeccionado um levantamento da situação actual do mesmo. As
257 entidades que integraram esta comissão de vistoria foram o Presidente da
258 Câmara Municipal do Bombarral, Chefes da DOPPU e da DOIM, Comandante

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

259 do Posto territorial da GNR do Bombarral, Comandante dos Bombeiros
260 Voluntários do Bombarral e alguns técnicos do município. A referida inspecção
261 teve lugar no dia 25 de Outubro de 2011 pelas 15 horas. Da vistoria irá resultar
262 um relatório do actual estado de degradação do edifício, respectivo
263 enquadramento na lei nº 65/2007 de 12 de Novembro e face a esse relatório irá
264 ser determinada a actuação imediata.-----

265 **1151 AGREGAÇÃO DA FREGUESIA DO PÓ:** Considerando que o Governo colocou
266 em discussão pública o Documento Verde da Reforma da Administração Local;
267 Considerando que nesse documento está inscrito um conjunto de princípios e
268 critérios orientadores da reforma da administração local, cuja concretização
269 efectiva e aplicação prática reivindicam dos autarcas e das populações o
270 empenho indispensável para que possam de facto traduzir-se em soluções
271 adequadas às realidades históricas, socioeconómicas e culturais da área
272 geográfica do nosso município e, simultaneamente, capazes de criar ganhos de
273 escala e de dimensão que possam capacitar as freguesias para a concreta
274 prestação de serviços públicos de qualidade às respectivas populações;
275 Considerando que a proposta aponta para uma reconfiguração do território,
276 susceptível de permitir a definição e a colocação no terreno de um novo
277 modelo de desenvolvimento económico-social virado para a coesão territorial, o
278 empreendedorismo, a criação de emprego e a materialmente sólida prestação
279 de serviços públicos de proximidade às populações será, seguramente, uma
280 via a ter em conta; Considerando que a Proposta de Reforma Administrativa
281 aponta para a necessidade de haver cortes na Freguesias, devendo estas
282 serem agregadas entre si; Considerando que das cinco freguesias do nosso
283 concelho, Bombarral, Carvalhal, Roliça Vale Covo e Pó, apenas esta última
284 está referenciada como freguesia a agregar, por estar classificada como AMU –
285 freguesia com área maioritariamente urbana; Considerando que essa
286 classificação exigiria que a população recenseada nos Censos 2011 fosse
287 superior a 1.000 pessoas e a Freguesia do Pó fica a uns escassos 68
288 habitantes desse objectivo; Considerando que a referida freguesia é a mais
289 distante da Sede de Concelho e aquela que mais contribui para os rácios de
290 desenvolvimento económico do concelho; Considerando que a economia da
291 freguesia, assenta essencialmente na actividade agrícola, aproveitando a
292 fertilidade dos seus solos para o desenvolvimento de uma exploração
293 produtiva, com especialidade na cultura, nomeadamente na produção de
294 bacelos; Considerando que a freguesia foi criada em 1 de Janeiro de 1985 por
295 desmembramento da Freguesia da Roliça, num reconhecimento indesmentível
296 de necessidade de autonomia sócio económica e de gestão do território;
297 Considerando que o território abrangido por esta Freguesia e a sua região têm
298 uma longa história que já vem de tempos pré-históricos; Considerando que
299 culturalmente a freguesia possui uma matriz muito forte, muito própria e que
300 em termos de gestão concelhia entendemos dever conservar; Considerando
301 que concordamos com a necessidade de rentabilização de recursos, plasmada

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

- 302 no Documento Verde, mas que as despesas com esta freguesia não são
303 relevantes; Considerando que as características rurais do território em causa
304 se sobrepõem às urbanas que dão origem à sua classificação; Considerando
305 que é do interesse municipal e concelhio a manutenção desta freguesia que faz
306 parte dum território considerado administrativamente bem dividido e sem
307 excessos de freguesias; Informo que estamos a reunir todos os argumentos
308 possíveis para que acrescentados aos que acabo de descrever, possam
309 constituir uma mais valia para defendermos a manutenção da Freguesia, ainda
310 que para isso tenhamos de lutar pela passagem da mesma a APR – Área
311 Preferencialmente Rural, situação que está a ser analisada e que apenas
312 exigirá 500 pessoas recenseadas nos Censos de 2011 Este problema está a
313 ser tratado em estreita cooperação com a Junta de Freguesia do Pó.-----
- 314 **1152 ALTERAÇÃO DE NOMES DE RUAS:** Tem sido abordado por quase todos os
315 moradores nas ruas cujos nomes foram alterados, para lembrarem à Câmara
316 Municipal os inúmeros transtornos de que têm sido alvo. Provavelmente vamos
317 tê-los na próxima reunião pública. Poderão ter razão porque hoje há muitos
318 documentos para alterar o que o levou a reflectir sobre as alterações nomes de
319 ruas no futuro. É uma questão que a Câmara Municipal deve ter em
320 consideração por respeito para com os munícipes e as empresas. Por bons
321 motivos criamos duas situações que criaram muitos constrangimentos às
322 pessoas. -----
- 323 **DA SENHORA VICE- PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----
- 324 **1153 ESCOLA DOS CRUTOS:** Informou o executivo que esteve presente na visita à
325 Escola dos Crutos. -----
- 326 **DA SENHORA VEREADORA LÚCIA POSEIRO:** -----
- 327 **1154 ESCOLA DO CARVALHAL:** Informou o executivo que a convite do Conselho
328 Geral do Agrupamento de Escolas no passado dia 27 de Outubro esteve
329 presente na visita à Escola do Carvalhal, onde foi feito o levantamento das
330 necessidades e melhorias efectuadas.-----
- 331 **1155 PRÉMIO JOSÉ DUARTE:** Referiu que o depósito de € 500 para este prémio foi
332 feito em 1971 e há data era uma quantia bastante importante. Enquanto
333 Delegada Escolar todos os anos assistiu à entrega desse prémio e o
334 Comendador José Duarte fazia questão de se fazer acompanhar por toda a
335 família e como os juros do depósito eram muito reduzidos juntava sempre um
336 cheque. Com o falecimento do senhor Comendador essa tradição acabou o
337 que é pena porque essa verba ajudava à aquisição de livros e material
338 didáctico para as crianças. -----
- 339 **DO SENHOR VEREADOR JOSÉ VICTOR SILVA:** -----
- 340 **1156 INFORMAÇÕES:** Recebeu do senhor Presidente da Câmara o relatório de
341 injunções, contra-ordenações e processos judiciais. -----
- 342 **1157 RELATÓRIO FINANCEIRO:** Disse que ainda não recebeu o relatório financeiro
343 que o senhor Presidente da Câmara diz há meses que está em fase final.

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

344 Referiu que o senhor Presidente da Câmara tem vindo a adiar a entrega do
345 relatório há meses.-----
346 -----O senhor Presidente da Câmara disse que vai entregar cópia da
347 informação que hoje enviou á Assembleia Municipal sobre a situação
348 financeira. -----
349 -----O senhor vereador José Victor Silva disse que quer a presença da
350 senhora Chefe da Divisão Financeira em reunião de Câmara.-----
351 -----O senhor Presidente da Câmara disse que a senhora Chefe da Divisão
352 Financeira fez apenas um documento interno para ele. Se for esse o
353 documento entregá-lo-á se entender. -----
354 -----O senhor vereador José Victor Silva referiu que o senhor Presidente da
355 Câmara é que disse que tinha um relatório que serviria para uma estratégia de
356 desenvolvimento e que esse relatório estava a ser limado. Por isto é que há um
357 desfasamento entre a informação que lhes chega e que na Assembleia
358 Municipal o senhor Presidente da Câmara consegue deturpar não sabe para
359 enganar quem. -----
360 **1158 REUNIÃO DE FUNDAÇÕES:** Já que o senhor Presidente da Câmara esteve
361 numa reunião de fundações, perguntou se foi a título pessoal ou como
362 Presidente da Câmara. -----
363 -----O senhor Presidente da Câmara disse que não esteve presente em
364 nenhuma reunião de fundações.-----
365 **1159 SITUAÇÃO FINANCEIRA:** Saíram recentemente dados sobre as finanças
366 locais face ao orçamento de Estado de 2012 que coloca esta Câmara e a mais
367 quatro Câmaras do Oeste em situação muito confrangedora e o senhor
368 Presidente da Câmara não fala disso. Neste momento a Lei das Finanças
369 Locais permite 125% de endividamento e nestes dois anos a nossa margem de
370 endividamento baixou de € 300.000 para € 34.000. Quando foram aprovadas
371 as obras do centro educativo do Bombarral e da entrada Sul da vila, o PS
372 perguntou se o senhor Presidente da Câmara tinha verbas para sustentar estes
373 investimentos, tendo o senhor Presidente da Câmara respondido que não havia
374 problema. Quanto a obras que não se enquadram no QREN são € 500.000. O
375 senhor Presidente da Câmara não tem dinheiro algum e só pode ir buscar €
376 34.000. Em 31 de Dezembro a situação altera-se limitando a capacidade d
377 endividamento a 62,5%. O Bombarral passa a não ter capacidade de
378 endividamento e tem que baixar em mais de € 300.000 o endividamento actual,
379 pelo que questiona como é que o senhor Presidente da Câmara vai resolver
380 esta situação que é muito crítica. Os deputados do PS deram como exemplo a
381 Câmara Municipal das Caldas da Rainha que baixou os impostos e tarifas e vai
382 devolver 5% do IRS, tem metade do endividamento do Bombarral e €
383 7.000.000 de capacidade de endividamento. Muitas vezes em Assembleia
384 Municipal o senhor Presidente da Câmara tira dados que não conhece e depois
385 quer diminuir os argumentos dos deputados municipais. O Cadaval tem metade
386 da dívida do Bombarral e ainda pode ir buscar quase um milhão de euros. O

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

387 Bombarral além de ter 12 milhões de euros de dívida, vai ficar constrangido a
388 ter de diminuir a dívida porque senão todos os meses ficam retidos 10% das
389 transferências do Estado. O que se vai poupar em subsídios de férias e de
390 Natal não chega para diminuir o endividamento. O senhor Presidente da
391 Câmara está num colete-de-forças e escondendo informação não ajuda a que
392 o executivo colabore nos momentos difíceis que esta Câmara Municipal vai ter
393 e para os quais não se vê qualquer competência do senhor Presidente da
394 Câmara.-----
395 -----O senhor Presidente da Câmara disse que não reconhece no senhor
396 vereador José Vítor qualquer uso dos seus cargos em prol do desenvolvimento
397 do Bombarral, pelo menos não lhe são conhecidas quaisquer obras ou actos
398 positivos e teima em ter uma postura em que está sempre contra tudo o que se
399 mostre construtivo e benéfico para o concelho, vá-se lá saber porquê. A
400 contribuição do senhor vereador José Vítor Silva nada visa se não denegrir o
401 Presidente da Câmara e deitar o Bombarral abaixo. A nossa situação é
402 preocupante porque cada vez estamos mais apertados e não se devem
403 admirar que este executivo esteja com dificuldades, mas estamos a tentar
404 socorrer-nos de todos os meios para sair desta situação. O senhor vereador
405 José Vítor Silva deve deixar que terminem o estudo que estão a fazer. -----
406 **DO SENHOR VEREADOR GABRIEL MARTINS:-----**
407 **1160 PRESIDENTE DA CÂMARA:** Pediu que o senhor Presidente da Câmara seja
408 mais moderado e não se enerve tanto quando lhe fazem críticas. Só podem ter
409 este papel porque o senhor Presidente da Câmara não aceita outro. -----
410 **1161 VIADUTO NA AVENIDA CALOUSTE GULBENKIAN:** Renovou o pedido de
411 informação sobre este assunto. -----
412 **1162 ANTENA DE RÁDIO NO SALGUEIRO:** Apreciou a forma como o senhor
413 Presidente da Câmara fez o relato das actividades onde esteve num bom estilo
414 radiofónico. Isso trouxe-lhe à lembrança a situação da antena do Salgueiro
415 para redistribuição do sinal rádio e que continua com a autarquia a suportar os
416 custos.-----
417 -----O senhor Presidente da Câmara disse que provavelmente o alvará
418 desta antena será transmitida a proprietários locais, pelo que está a aguardar.
419 **1163 FITA ANTI-DERRAPANTE:** Solicitou informação sobre o ponto de situação da
420 colocação de fita anti-derrapante nas escadas do edifício dos Paços do
421 Município. -----
422 -----O senhor Presidente da Câmara disse que foi feita a respectiva
423 requisição aguardando-se a disponibilidade de tesouraria. -----
424 **1164 RUA FERNÃO DO PÓ:** Lembrou que o ano passado esta rua passou a ter
425 trânsito apenas num sentido para permitir o escoamento do trânsito do edifício
426 sede do Agrupamento de Escolas, mas hoje já não se justifica que continue lá
427 a placa de sentido proibido. -----
428 -----O senhor Presidente da Câmara disse pensar que o senhor vereador
429 Gabriel Martins ainda pertence à Comissão de Trânsito pelo que a questão

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

- 430 poderia ser colocada nesse âmbito. -----
- 431 **1165 REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO CINTRÃO:** Solicitou informação sobre o
- 432 ponto de situação das árvores no Largo do Cintrão. -----
- 433 -----O senhor Presidente da Câmara disse continuar o propósito de alterar a
- 434 situação, mas continua também o braço de ferro com os arquitectos. É seu
- 435 entendimento que as árvores devem ser arrancadas. -----
- 436 **1166 VALORSUL:** O senhor Presidente da Câmara fez entrega de algumas
- 437 informações sendo que uma delas diz respeito às injunções e acções
- 438 interpostas pela Valorsul. Lembrou que várias vezes perguntou como estavam
- 439 os pagamentos à Valorsul e o senhor Presidente da Câmara disse que estava
- 440 tudo bem. Verifica agora que a Valorsul colocou duas injunções e interpôs uma
- 441 acção no tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. Esta situação é a que mais
- 442 os preocupa porque tem a ver com a recolha de resíduos sólidos, pelo que
- 443 solicitou esclarecimentos sobre este assunto. -----
- 444 -----O senhor Presidente da Câmara lembrou que não disse que estava
- 445 tudo bem porque sabem que devem quantias elevadas. Trata-se de um caso
- 446 que estão a resolver do ponto de vista financeiro e do ponto de vista jurídico. --
- 447 -----A senhora Técnica Superior Jurista informou que neste momento há
- 448 duas injunções da Valorsul, uma de € 387.000 e outra de € 125.000. A
- 449 informação que tem é que a acção estava suspensa porque tinham chegado a
- 450 acordo para um plano de pagamentos. O prazo da suspensão terminava no
- 451 final do mês mas entretanto entrou nova injunção pelo que ficaram
- 452 surpreendidos. -----
- 453 **1167 RUA DR. HENRIQUE COIMBRA:** Informou o executivo que não pôde estar
- 454 presente no descerrar da placa toponímica da Rua Dr. Henrique Coimbra
- 455 porque uma situação de cariz pessoal não lho permitiu. -----
- 456 **1168 ALTERAÇÃO DE NOMES DE RUAS:** Também lhe chegaram algumas
- 457 pessoas que fizeram eco das reclamações referidas pelo senhor Presidente da
- 458 Câmara. Considerou que todos têm que assumir a responsabilidade neste acto.
- 459 Foi por proposta do PS que foram aprovadas estas alterações de nomes de
- 460 ruas mas acha estranho que as pessoas que se lhe dirigem tenham
- 461 mencionado esta informação que teria sido o senhor Presidente da Câmara a
- 462 transmitir-lhes. Já não é a primeira vez que isto acontece e neste caso tem
- 463 testemunhas desse facto e pode demonstrá-lo e prová-lo. Considerou que
- 464 estas atitudes do senhor Presidente da Câmara são deselegantes. De futuro o
- 465 senhor Presidente da Câmara deve assumir por inteiro as decisões da Câmara
- 466 Municipal.-----
- 467 -----O senhor Presidente da Câmara disse nunca ter escondido que a
- 468 aprovação da alteração dos nomes de ruas foi unânime. Não tem culpa é que
- 469 as pessoas saibam o que se passa. Nesta como noutras matérias assume a
- 470 responsabilidade.-----
- 471 **1169 REUNIÃO DA COMISSÃO POLÍTICA DO PSD:** o senhor Presidente da
- 472 Câmara deu conta de que reuniu com a Comissão Política do PSD fazendo-se

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

- 473 acompanhar da senhora Técnica Superior Jurista da autarquia, pelo que
474 perguntou se houve algum ofício da Comissão Política a solicitar essa reunião
475 e onde decorreu a mesma. -----
476 -----O senhor Presidente da Câmara disse que a reunião com a Comissão
477 Política do PSD decorreu nos Paços do município por solicitação do respectivo
478 Presidente da Comissão. A presença da senhora Técnica Superior Jurista na
479 mesma reunião prendeu-se com o facto de serem solicitados esclarecimentos
480 jurídicos. Disse que fará o mesmo com todas as Comissões Políticas que o
481 solicitem.-----
482 -----O senhor vereador Gabriel Martins disse ficar descansado em face da
483 informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara. -----
484 **DA SENHORA VEREADORA MARIA ARMINDA SOUSA: -----**
485 **1170 RUA DR. HENRIQUE COIMBRA:** Congratulou-se por já existir a Rua Dr.
486 Henrique Coimbra no Bombarral, porque nunca é demais lembrar alguém tão
487 nobre como o Dr. Henrique Coimbra. Lamentou o facto de por motivos alheios
488 à sua vontade não ter podido estar presente no descerramento da referida
489 placa. -----
490 **1171 VIATURAS ABANDONADAS:** Se já tivesse sido feito o levantamento das
491 viaturas abandonadas na via pública esta situação já se teria resolvido. Disse
492 haver no centro da vila carros estacionados no mesmo sítio há cinco anos. ----
493 -----O senhor Presidente da Câmara respondeu que enquanto não houver
494 um regulamento próprio e um parque de recolha de viaturas esta é uma
495 competência da GNR. -----
496 **1172 VISITA À ESCOLA DO SALGUEIRO:** Informou o executivo de que a convite
497 do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas esteve presente na visita à
498 Escola do Salgueiro no passado dia 25 de Outubro. Deu os parabéns aos
499 professores dessa escola pelo trabalho fantástico que têm desenvolvido.
500 Alertou que há um cabo ligado a um poste eléctrico e que termina com um
501 grande rolo na parede da escola. Se esse cabo estiver activado e cair pode
502 causar graves danos. -----
503 **1173 VISITA À ESCOLA DOS CRUTOS:** Informou o executivo que não esteve
504 presente na visita à Escola dos Crutos por motivos profissionais.-----
505 **ORDEM DO DIA**
506 **1174 OBRAS PARTICULARES:-----**
507 **1174.01 CONSTRUÇÃO DE MORADIA E MURO – PROJECTO DE**
508 **ESPECIALIDADES:** apreciado o processo n.º 11/11/01, iniciado a
509 requerimento apresentado pela senhora D. Rosália Maria de Sousa Mauricio
510 Andrade, datado de 2011.09.29, a solicitar licença para construção de moradia
511 e muro sitos na Estrada dos Penicheiros, lugar das Gamelas, freguesia de Vale
512 Covo e verificando-se que foram presentes os necessários projectos de
513 especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo
514 período de 12 meses. -----

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

- 515 **1174.02 CONSTRUÇÃO DE MORADIA, PISCINA E MURO- NOVO**
516 **ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO:** presente o processo n.º 92/08/01,
517 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Paul Stuart Nunn, com novo
518 enquadramento paisagístico para construção de moradia, piscina e muro sitos
519 na Rua das Oliveiras, Casal da Lavandeira, freguesia de Carvalhal, foi o
520 mesmo retirado da ordem do dia.-----
- 521 **1174.03 APROVAÇÃO EM MINUTA:** As deliberações respeitantes a obras particulares
522 foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos. -----
- 523 **1175 APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE**
524 **DOS PROCEDIMENTOS REFERENTES AO SIADAP E OPÇÃO**
525 **GESTIONÁRIA, POR REFERÊNCIA À INSPECÇÃO ORDINÁRIA DA IGAL –**
526 **PROCESSO 100500-IO/2011:** Foi presente uma proposta do senhor
527 Presidente da Câmara anexa à presente acta. -----
528 -----O senhor vereador Gabriel Martins disse que parece que estas
529 questões da opção gestonária têm a sina de surgir em épocas especialmente
530 sensíveis para os trabalhadores, ou na altura de férias ou na aproximação do
531 Natal. Fala-se disto de uma forma que vai criar uma instabilidade nas relações
532 de trabalho. Parece-lhe que todo este assunto podia ter sido evitado e as
533 diversas soluções para este problema criam sempre maiores e mais graves
534 problemas. Esta proposta vem agravar mais toda a trapalhada que tem
535 envolvido este problema. A caixa de Pandora está a abrir cada vez mais e a
536 saírem de lá cada vez mais fantasmas. Hoje gostava que estivesse presente o
537 Dr. Nuno Pinto Faria para dar explicações sobre algumas matérias que estão
538 hoje a ser postegadas. O senhor Presidente da Câmara apresenta uma
539 proposta que tem considerandos que compreende mas que não surtem o efeito
540 desejado. O senhor Presidente da Câmara diz que esta situação é
541 incontornável como se a IGAL fizesse lei ou proferisse sentenças. Lembrou que
542 estão em curso duas acções judiciais e no âmbito desta acção tutelar terminou
543 agora a fase do contraditório em relação ao qual a IGAL terá de se pronunciar,
544 mas não há nenhuma decisão transitada em julgado, pelo que não têm de
545 tomar nenhuma decisão à pressa. A IGAL tem um entendimento do qual a
546 ANMP discorda e que está a ser discutido no âmbito das duas acções. O que
547 estranha é que há pouco mais de um ano foi votada a declaração de nulidade
548 da opção gestonária de Outubro de 2009 e nessa altura foi também deliberado
549 que não havia lugar a reposição das quantias auferidas pelos funcionários e
550 agora sem qualquer tipo de defesa dessa fundamentação ou de tentativa de
551 legitimar essa posição, as mesmas pessoas mudam de posição. Tendo ele
552 feito parte do executivo anterior que votou a opção gestonária, quando foi
553 confrontado com esta situação justificou porque votou favoravelmente a opção
554 gestonária. Em Agosto de 2010 foi apresentada pelo senhor Presidente da
555 Câmara e pelos vereadores do PSD uma proposta que dizem que era legal e
556 fundamentaram juridicamente e agora nem defendem porque motivo
557 apresentaram essa proposta, sendo que até tinham um argumento de ordem

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

558 prática que era um caso recente que envolveu as forças armadas, onde se diz
559 que não vai haver reposição. Não quer acreditar que haja uma intenção
560 deliberada de ir sucessivamente adiando o problema para que no final se exija
561 em definitivo a reposição. É incompreensível que agora não defendam a
562 posição adoptada na altura. Acha que a aposta na tentativa de declarar a
563 nulidade desta deliberação e de eventualmente ficar bem como Deus e com o
564 Diabo é completamente impossível. Quando o senhor Presidente da Câmara é
565 confrontado pela IGAL com a responsabilidade de não terem exigido a
566 reposição tem a veleidade de tentar tirar o “cavalo da chuva”, mas isso não
567 será com uma proposta destas que é um absurdo do ponto de vista político e
568 uma aberração do ponto de vista jurídico, porque não determina a forma como
569 se fará a reposição. O que isto trará é que ficará sempre em cima da cabeça
570 dos funcionários um cutelo que a qualquer momento pode cair e fazê-los repor
571 as quantias que receberam. Se pretendiam sossegar a IGAL não é com esta
572 proposta porque isto é um logro. Oxalá que esta proposta nunca seja
573 executada. Pensa que assim não conseguirão ficar bem com ninguém. -----
574 -----O senhor Presidente da Câmara considerou que o senhor vereador
575 Gabriel Martins devia ter dito quem cometeu o erro e quem o está a tentar
576 resolver desde que para aqui veio. Lembrou que em pleno acto eleitoral
577 criaram uma verdadeira trapalhada porque a deliberação não cumpriu os
578 requisitos legais. Recordou que esta medida foi tomada sem preparação
579 alguma e sem discussão tal era a vontade de pôr em prática este plano urdido
580 em plena campanha eleitoral. O que está em causa foi a criação de
581 expectativas falsas aos trabalhadores. Desde a primeira vez que ouve dizer
582 que são culpados de uma situação que não criaram e para a qual foram
583 alertados ao ponto de terem de tomar uma atitude sob orientação do Dr. Nuno
584 Pinto Faria e que foi a medida correcta. Referiu que este processo já transitou
585 para o Ministério das Finanças pelo que está a agudizar-se. Referiu que nada
586 os move contra os trabalhadores e moralmente este é um constrangimento que
587 lhes custa, lembrando que não foi este Presidente da Câmara quem criou esta
588 situação. Se houver maus neste processo não são eles e continuam a tentar
589 minimizar o impacto da bronca criada. O que se passou nas forças armadas foi
590 a nível diferente e nós não estamos a ter o caminho aberto para atingir a meta
591 que seria a não restituição. Com esta proposta estão a tentar minimizar o
592 impacto que os trabalhadores irão ter. -----
593 -----O senhor vereador José Victor Silva disse que na altura ficou
594 surpreendido com a posição do Dr. Nuno Pinto Faria sobre a restituição das
595 verbas, pelo que quer saber o porquê da mudança de posição. Ao que sabe
596 existem vários processos em tribunal sobre esta matéria pelo que quer saber
597 se algum já transitou em julgado. Solicitou informação sobre quem obrigou a
598 esta reposição de verbas, lembrando que a IGAL não emite decisões finais.
599 Disse ter ficado sem saber porque é que a Assembleia Municipal tem de tomar
600 parte neste processo. Caso a Assembleia Municipal vote contra esta proposta,

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

601 pergunta qual será a posição do senhor Presidente da Câmara. Se o senhor
602 Presidente da Câmara é um autarca que está dentro dos seus amplos
603 conhecimentos jurídicos e de gestão, pergunta quem foi o autarca que decidiu
604 começar a pagar os valores da opção gestonária e quem é que fez vários
605 comunicados dizendo que não estavam em causa os direitos dos trabalhadores
606 relativamente à opção gestonária. Considerou que este processo foi mal
607 conduzido pelo actual Presidente da Câmara que não defendeu os
608 trabalhadores.-----
609 -----O senhor Presidente da Câmara disse que houve apenas uma tentativa
610 de encontrar todas as possibilidades para resolver um assunto que é uma
611 encruzilhada sem indicações ou possibilidade de saída. Se a Assembleia
612 Municipal reprovar a proposta tomarão as medidas que tiverem de tomar.-----
613 -----A senhora Técnica Superior Jurista disse ter tomado conhecimento
614 desta matéria pelo relatório do IGAL e por contributos dos serviços e é a partir
615 daí que constrói o seu raciocínio. Na sua maioria concorda com as posições do
616 senhor inspector, referindo servir apenas de ligação ao Dr. Nuno Pinto Faria e
617 são as propostas deste que transmite. Mais do que a reposição das verbas
618 está em causa o SIADAP e a atribuição de pontos de 2004 a 2007. Dada a
619 complexidade destas matérias foi entendimento do Dr. Nuno Pinto Faria que
620 estando a decorrer dois processos em tribunal, que não são sobre todas as
621 matérias que a inspecção levanta e que não são ainda posições definitivas, não
622 era altura de contrariar a IGAL mas sim de mostrar que o Municipio está
623 consciente da irregularidade e que estão por meios próprios a resolver a
624 situação. Este é um recuo estratégico porque a maioria do que consta do
625 relatório é inegável. Nesta altura não é defensável a legalidade da opção
626 gestonária. O Dr. Nuno Pinto Faria continua a considerar que se há um ano
627 não se pediu a reposição, mais argumentos há agora, mas aí corriam o risco de
628 o processo seguir para tribunal o que querem evitar. Em relação ao SIADAP e
629 ao reposicionamento dos funcionários é uma situação que todos os meses se
630 está a agravar porque a IGAL entende que foram atribuídos pontos ilegais, pelo
631 que essa é uma situação mais urgente e mais grave. Só quando se for avaliar
632 funcionário a funcionário é que vão ver o tamanho da caixa de Pandora que se
633 abriu. O actual executivo está na linha de um despacho conjunto dos
634 Ministérios das Finanças e da defesa relativamente a militares indevidamente
635 reposicionados e em que constatada a ilegalidade estes vão ter de repor as
636 verbas mas mais tarde.-----
637 -----O senhor vereador Gabriel Martins disse que quanto ao SIADAP e ao
638 posicionamento remuneratório não se pronuncia porque não tem conhecimento
639 dado serem matérias da competência do Presidente da Câmara. Desconhece a
640 forma como se chegou às classificações e nem sequer foram notificados para
641 se pronunciarem sobre esta matéria. Quanto á questão da Assembleia
642 Municipal disse competir a esta julgar o que é da sua competência mas o
643 tomarem posição sobre o relatório não implica tomarem deliberações sobre

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

644 matérias que não são da competência do órgão. Pessoalmente é beneficiado
645 com a aprovação desta proposta porque se forem os funcionários obrigados a
646 repor, a sua responsabilidade financeira esgota-se, pelo que até tem interesse
647 pessoal em que esta proposta fosse votada nestes termos, mas o que continua
648 a não perceber é que em determinada altura não havia fundamento para a
649 reposição pelo que pergunta porque é que agora não se defende a não
650 reposição. Levará até às últimas instâncias o que é o seu convencimento, não
651 entendendo quando as pessoas dizem estar convencidas e abdicam da sua
652 posição. Pessoalmente assume o risco do que considera ser a sua convicção,
653 não entendendo porque é que o senhor Presidente da Câmara não continua a
654 defender a não reposição. O senhor Presidente da câmara está a querer
655 impedir as instâncias competentes de se pronunciarem para salvar a sua pele.
656 Referiu que o senhor Presidente da Câmara levantou algumas suspeições
657 sobre o momento e o modo desta deliberação. Considerou que este é um
658 assunto que vem de há 6 ou 7 anos tendo por base uma injustiça que se criou
659 neste Município e que foi durante anos não se ter promovido alguns
660 trabalhadores porque não se abriam lugares. Este processo envolveu várias
661 discussões em pelo menos três reuniões de Câmara e nalgumas reuniões
662 públicas estiveram presentes representantes dos sindicatos. Foi à data a
663 decisão que lhe pareceu mais adequada. Fica mal ao senhor Presidente da
664 Câmara levantar estas suspeitas porque parece que foi o seu partido que
665 tomou uma atitude eleitoralista. -----
666 -----A senhora vice-presidente da Câmara lembrou que a deliberação de
667 não reposição foi antes da inspecção da IGAL. Referiu que o actual presidente
668 da Assembleia Municipal compreendeu posteriormente que não tinha tomado a
669 melhor posição e reconheceu-o com humildade. O que a intriga é a ausência
670 de humildade do senhor vereador Gabriel Martins para reconhecer que a opção
671 gestonária não foi feita da melhor forma. Continua a dizer que no processo da
672 opção gestonária houve falta de rigor. Acha estranho que com todos os
673 cuidados que se tenta ter nesta casa e com o impacto que aquela decisão ia
674 ter, só se tenha feito uma alteração orçamental após a deliberação.-----
675 -----O senhor vereador Gabriel Martins disse entender que essa questão em
676 si pode ser geradora de anulabilidade e não nulidade. -----
677 -----A senhora vice-presidente da Câmara disse que o senhor vereador
678 Gabriel Martins sabe qual é a posição que têm desde o início sobre a questão
679 do cumprimento da legalidade. -----
680 -----A senhora vereadora M.^a Arminda Sousa (PS) lembrou que quando
681 alguém disse ao Dr. Nuno Pinto Faria se não iria surgir o problema da não
682 reposição, este respondeu que face ao tempo decorrido essa situação não se
683 colocava e isso deu origem agora a este problema. Dói muito ver os
684 trabalhadores que já tinham a expectativa daquele dinheiro e a desmotivação
685 daqui resultante. Sem os trabalhadores esta casa não anda. Estamos com um
686 problema que não vai ter fim e os funcionários estão cada vez mais revoltados

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

687 e desmotivados. O actual Presidente da Câmara não teve culpa nenhuma
688 quando esta questão se colocou mas temos de dizer que o processo não foi
689 bem conduzido pois veio alguém de direito dizer que o problema da reposição
690 não se colocava e agora estamos nesta situação.-----
691 -----Foi deliberado por maioria com os votos favoráveis do senhor
692 Presidente da Câmara, da senhora vice-presidente e dos senhores vereadores
693 Lúcia Poseiro e João Castanheira e o voto contra dos senhores vereadores
694 Gabriel Martins, M.ª Arminda Sousa e José Victor Silva aprovar a proposta
695 anexa e remeter o assunto à Assembleia Municipal.-----
696 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos
697 imediatos. -----
698 **PRESENCAS:** Pelas 19:25 horas ausentou-se da reunião a senhora vereadora
699 M.ª Arminda Sousa. -----
700 **1176 APRECIACÃO DA 7.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E 6.ª**
701 **ÀS GOP DE 2011:** -----
702 -----O senhor vereador José Victor Silva questionou porque motivo há um
703 aumento de € 29.900 em juros de mora e € 1.000 para um estudo para
704 privatização das águas. -----
705 -----O senhor Presidente da Câmara respondeu que a OesteCIM está a
706 fazer um estudo para privatizar as águas mas alguns Municípios entenderam
707 fazer um estudo próprio para contrariar alguns aspectos mais negativos do
708 negócio que a OesteCIM pretende fazer.-----
709 -----Foi deliberado por maioria com os votos favoráveis do senhor
710 Presidente da Câmara, da senhora vice-presidente e dos senhores vereadores
711 Lúcia Poseiro e João Castanheira e o voto contra dos senhores vereadores
712 Gabriel Martins e José Victor Silva aprovar a 7.ª alteração orçamental ao
713 Orçamento e 6.ª às GOP de 2011. -----
714 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos
715 imediatos. -----
716 **PRESENCAS:** Pelas 19:39 horas regressou à reunião a senhora vereadora M.ª
717 Arminda Sousa.-----
718 **1177 APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE PROTOCOLO**
719 **COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS**
720 **DO BOMBARRAL:** Foi retirado este assunto da ordem do dia a fim de serem
721 presentes informações do Gabinete Jurídico e da Divisão Financeira.-----
722 **1178 APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DE MOÇÃO SOBRE A LINHA DO OESTE:**
723 Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte proposta do
724 senhor Presidente da Câmara: “Considerando que a Linha do Oeste é um eixo
725 vital para o desenvolvimento de toda a região Oeste e do Distrito de Leiria e
726 que desde que adequadamente requalificada e explorada é essencial para o
727 tráfego de passageiros e mercadorias nesta região; Considerando que o
728 Governo aprovou em Conselho de Ministros o Plano Estratégico dos
729 Transportes, que prevê a execução das reformas estruturais do sector, dando

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

730 seguimento ao memorando de entendimento assinado com a Troika e que esse
731 plano entende o transporte ferroviário como essencial e que sendo um meio de
732 transporte ambientalmente sustentável deve ser privilegiado; Considerando que
733 no documento está prevista a desactivação até ao final do ano do serviço de
734 passageiros na linha do Oeste entre Caldas da Rainha e Figueira da Foz,
735 mantendo-se apenas a linha activa para o transporte de mercadorias, tendo de
736 ser assegurada a mobilidade das pessoas através de transporte rodoviário
737 alternativo; Considerando que a medida acaba por ser uma machadada nas
738 pretensões de requalificação e modernização da Linha do Oeste, há muito
739 ambicionadas por nós autarcas e pela população que servimos; Considerando
740 que a política comercial não tem sido favorável para o aumento do número de
741 passageiros e que os comboios com horários pouco atractivos, serviço sem
742 argumentos competitivos perante o transporte rodoviário e estações
743 encerradas, acabaram por afastar os clientes; Considerando que a linha a norte
744 de Caldas da Rainha é viável, desde que feito o devido investimento de
745 modernização, acompanhado de novos horários compatíveis com as
746 necessidades das populações e empresas de hoje; Proponho que a Câmara
747 Municipal do Bombarral, manifeste todas as preocupações supra referidas e
748 delibere: 1. Manifestar a sua preocupação e descontentamento com as notícias
749 vindas a público relativas à decisão do Governo em encerrar a exploração de
750 passageiros no troço da Linha do Oeste entre as Caldas da Rainha e o
751 Louriçal; 2. Manifestar a necessidade de manter em funcionamento este
752 serviço e, apesar da difícil situação financeira que o país atravessa, encontrar
753 meios financeiros para assegurar a adequada requalificação desta linha. 3. Dar
754 conhecimento desta posição à comunicação social nacional, regional e local,
755 bem como ao senhor Primeiro-Ministro, ao senhor Ministro da Economia e do
756 Emprego, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República e à
757 Comunidade Intermunicipal do Oeste.” -----
758 **1179 APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A INFORMAÇÃO N.º**
759 **154/DARH/SAP/2011 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DA**
760 **VIA PÚBLICA COM TOLDO NA PRAÇA DA REPÚBLICA 4-A, VILA E**
761 **FREGUESIA DE BOMBARRAL:** Presente a informação n.º
762 154/DARH/SAP/2011, foi a mesma retirada da ordem do dia. -----
763 **1180 APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A INFORMAÇÃO N.º**
764 **149/DARH/SAP/2011 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DA**
765 **VIA PÚBLICA COM TOLDO NA RUA INFANTE D. HENRIQUE, 64 R/C ESQ,**
766 **VILA E FREGUESIA DE BOMBARRAL:** Apreciada a informação n.º
767 149/DARH/SAP/2011 foi deliberado por unanimidade e em minuta atender o
768 solicitado pela firma Mel Limão – Sociedade Unipessoal, Lda, autorizando a
769 ocupação da via pública com toldo na Rua Infante D. Henrique, 64 r/c esq., vila
770 e freguesia de Bombarral. -----
771 **1181 APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A INFORMAÇÃO N.º**
772 **151/DARH/SAP/2011 – RESTITUIÇÕES DE VALORES COBRADOS**

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

- 773 **INDEVIDAMENTE:** Apreciada a informação n.º 151/DARH/SAP/2011 foi
774 deliberado por unanimidade e em minuta autorizar a restituição da quantia de €
775 135 indevidamente cobrada à Funerária Guerra do Bombarral, Lda.-----
- 776 **1182 Apreciação e Deliberação sobre a Informação n.º 175/GASU/11**
777 **– Restituição da Quantia de € 484,28 à Senhora D. Palmira**
778 **Maria Clemente Silva:** Apreciada a informação n.º 175/GASU/11 foi
779 deliberado por unanimidade e em minuta autorizar a restituição da quantia de €
780 484,28 à senhora D. Palmira Maria Clemente Silva. -----
- 781 **1183 Apreciação e Deliberação sobre a Informação n.º**
782 **153/DARH/SAP/11 – Ocupação da Via Pública com Toldos na Rua**
783 **José Veríssimo Duarte Loja 3 – Edifício Solar e na Rua**
784 **Infante D. Henrique, 80, Ambos na Vila e Freguesia de**
785 **Bombarral:** Apreciada a informação n.º 153/DARH/SAP/11 foi deliberado
786 por unanimidade e em minuta atender o solicitado pelo senhor Celestino das
787 Neves Ferreira dos Santos, autorizando a colocação de toldos nos seus
788 estabelecimentos sítios na Rua José Veríssimo Duarte Loja 3 – edifício Solar e
789 na Rua Infante D. Henrique, 80, ambos na vila e freguesia de Bombarral. -----
- 790 **1184 Apreciação e Deliberação sobre a Informação n.º**
791 **152/DARH/SAP/11 – Colocação de Corta-Vento em Esplanada:**
792 Apreciada a informação n.º 152/DARH/SAP/11 foi deliberado por unanimidade
793 e em minuta atender o solicitado pela senhora D. Marina dos Santos Rodrigues
794 Oliveira, autorizando a colocação de um toldo amovível na lateral da esplanada
795 do seu estabelecimento sítio na Rua Evaristo Judicibus, loja 1, vila e freguesia
796 de Bombarral. -----
- 797 **1185 Apreciação e Deliberação de Proposta de Acordo e**
798 **Cooperação com o Agrupamento de Escolas Fernão do Pó:**
799 Foi deliberado por maioria com a abstenção do senhor vereador José Victor
800 Silva e o voto favorável dos restantes membros do executivo aprovar a
801 seguinte proposta da senhora vice-presidente da Câmara: "Considerando a
802 importância de que se reveste nas comunidades modernas a concretização de
803 parcerias com as instituições da sociedade civil para a prossecução dos
804 objectivos de pugnar pelo desenvolvimento e melhoria da qualidade vida e na
805 formação das gerações mais jovens; Considerando que a autarquia deve ter
806 um papel activo na formação cívica das crianças e jovens do concelho
807 tornando-os possuidores de uma consciência interventiva e respeitadora de
808 valores, tradições e patrimónios comuns, constituindo-se como garantes de um
809 futuro harmonioso da nossa sociedade; Proponho que a Câmara Municipal do
810 Bombarral delibere aprovar a proposta de acordo de cooperação entre
811 Agrupamento de Escolas Fernão do Pó e o Município do Bombarral tendo em
812 vista o cumprimento dos planos de actividades pedagógicas a realizar pelos
813 alunos aos quais foi aplicada a medida disciplinar sancionatória de suspensão
814 até 10 dias."-----

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

- 815 **1186** **APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DE PROPOSTA DE PROTOCOLO DE**
816 **PRÁTICA EM CONTEXTO DE TRABALHO:** Foi deliberado por unanimidade e
817 em minuta aprovar a seguinte proposta do senhor Presidente da Câmara:
818 “considerando que nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 64.º da lei n.º
819 169799, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de
820 Janeiro compete à Câmara Municipal apoiar e participar no apoio à acção
821 social escolar e às actividades complementares no âmbito de projectos
822 educativos; a área da higiene e segurança no trabalho é uma das áreas mais
823 importantes nas organizações modernas; existe interesse por parte da
824 Companhia Própria – Formação e Consultadoria, Lda, em proporcionar aos
825 seus formandos estágios em contexto real de trabalho; existe interesse por
826 parte do Município do Bombarral em acolher um formando nesta área tão
827 problemática; proponho que a Câmara Municipal em reunião do dia 31 de
828 Outubro de 2011 aprecie e autorize a celebração de um protocolo de
829 colaboração com a Companhia Própria, Lda, com vista a proporcionar um
830 estágio na área da higiene e segurança no trabalho, a um formando durante
831 120 horas em contexto real de trabalho.”-----
832 **DELIBERAÇÕES:** Nos termos do disposto no artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de
833 18 de Setembro, foi reconhecida por unanimidade a urgência de deliberação
834 imediata dos seguintes assuntos: -----
835 **1187** **CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E MURO – PEDIDO DE**
836 **LICENCIAMENTO:** Apreciado o processo n.º 84/2010/01, iniciado a
837 requerimento apresentado pela firma J.A. Soares – Construções, Lda, datado
838 de 2011.10.25, a solicitar licença para construção de moradia unifamiliar e
839 muro sitos na Estrada dos Penicheiros, lugar das Gamelas, freguesia de Vale
840 Covo, e verificando-se que foram presentes os necessários projectos de
841 especialidades, foi deliberado por unanimidade e em minuta deferir o
842 licenciamento pelo período de 24 meses, condicionada a que a alternativa
843 prevista ao abastecimento de gás ou a alternativa ao abastecimento de gás
844 natural (compartimento de garrafas de gás), seja contemplada, caso se aplique,
845 em projecto de alterações efectuadas no decurso da obra. -----
846 **1188** **ALTERAÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E CONSTRUÇÃO DE GARAGEM**
847 **E MURO DE VEDAÇÃO – PEDIDO DE LICENCIAMENTO:** Apreciado o
848 processo n.º 42/2009/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor
849 Silvino Henriques Barbosa, datado de 2011.09.27, a solicitar licença para
850 alteração de moradia unifamiliar e construção de garagem e muro de vedação
851 sitos na Rua da Fonte, Casal do Guerra, freguesia de Bombarral, e verificando-
852 se que forma presentes os necessários projectos de especialidades, foi
853 deliberado por unanimidade e em minuta deferir o licenciamento pelo período
854 de 01 mês condicionado nos termos da informação n.º 0124/DOPPU/11 ao
855 cumprimento do teor do parecer da ARH Tejo com conhecimento da Câmara
856 Municipal do Bombarral através de cópia idêntica dos comprovativos da recolha
857 e destino dos efluentes provenientes da fossa e à contratação de uma empresa

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

858 devidamente habilitada que se responsabilize pela recolha e destino dos
859 efluentes da fossa, apresentando em sede de requerimento de autorização de
860 utilização, declaração da empresa com menção à responsabilização da recolha
861 e destino dos efluentes. -----
862 **1189 CONSTRUÇÃO DE MORADIA, ANEXOS E GARAGEM – PEDIDO DE**
863 **LICENCIAMENTO:** Apreciado o processo n.º 95/2008/01, iniciado a
864 requerimento apresentado pelo senhor Joaquim José Pedro Vieira, datado de
865 2011.10.27, foi deliberado por unanimidade e em minuta deferir o licenciamento
866 das alterações efectuadas no decurso da obra de construção de moradia ,
867 anexos e garagem sitos na Rua Eira da Cruz, lugar e freguesia de Carvalhal. --
868 **1190 COLOCAÇÃO DE DISTICO DE ESTACIONAMENTO PROIBIDO:** Apreciado o
869 processo n.º 24/2011/15, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor
870 Joaquim José Tavares Vicente Pinto, datado de 2011.10.21, foi deliberado por
871 unanimidade e em minuta reconhecer a necessidade de acesso de pessoas e
872 viaturas á garagem sita no Largo António Macieira, 12 r/c, lugar da Columbeira,
873 freguesia de Roliça, proibindo o estacionamento em frente da mesma mediante
874 a afixação do respectivo dístico nos termos do artigo 50.º do Código da
875 Estrada. -----
876
877 -----Pelas 20:05 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta,
878 que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos
879 termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo
880 presidente do órgão e pelo funcionário Municipal que a lavrou.-----
881
882 O Presidente da Câmara
883
884 O Funcionário

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

885 **APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE DOS**
886 **PROCEDIMENTOS REFERENTES AO SIADAP E OPÇÃO GESTIONÁRIA, POR**
887 **REFERÊNCIA A INSPECÇÃO ORDINÁRIA DA IGAL – PROCESSO 100500-IO/2011**

888

889 No âmbito do Processo nº 100500-IO/ 2011 promovido pela Inspeção-Geral da
890 Administração Local, foram elaborados 3 documentos que se anexam à presente, um
891 Relatório Principal e dois Relatórios Parcelares, versando o nº 1 sobre o SIADAP e o nº
892 2 sobre Eventuais Responsabilidades Financeiras dos visados.

893

894 No seguimento do procedimento foram apresentadas respostas, conforme anexos.

895

896 Debruçando-se sobre a implementação do SIADAP no Município do Bombarral,
897 concluiu a acção inspectiva pela verificação de ilegalidades ou irregularidades que
898 afectam:

899 — O Despacho 78/2008, de 24 de Novembro, pelo qual o então Presidente da
900 Câmara, Sr. Luís Duarte, atribuiu 2 (DOIS) pontos a todos os trabalhadores
901 do Município, nos anos de 2004 e 2005;

902 — Vários despachos, sem data, lavrados em solicitações dos trabalhadores,
903 dos quais a acção inspectiva analisou a título exemplificativo cerca de 20;

904 — A deliberação de 8 de Outubro de 2009, pela qual se procedeu a alteração
905 ao posicionamento remuneratório por opção gestionária a 158 trabalhadores;

906 — A ausência de determinação de reposição das quantias auferidas pelos
907 trabalhadores afectados por esta ultima decisão, devidamente anulada pelo
908 executivo em exercício, e inerente ausência de imposição da sua devolução
909 aos trabalhadores, por meio legalmente previsto, seja por dedução não
910 abatida, guia, compensação, num único momento ou em prestações, etc. em
911 valor, aproximadamente, de 129.128,70€.

912

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

913 É entendimento da IGAL, no tocante ao assunto em crise à presente data, que o
914 despacho 78/2008; os despachos sem data de reavaliação da ponderação curricular de
915 todos os trabalhadores; e a não exigência pelo actual executivo de reposição das
916 quantias indevidamente recebidas pelos trabalhadores afectados pela opção
917 gestonária, serão objecto de processo contencioso de anulação ou, no caso pretérito,
918 dir-se-á, de condenação à prática de acto devido.

919

920 Não menosprezando o peso das acusações feitas, da comparativa realidade e das
921 circunstâncias que nos rodeiam, é essencial a este Municipio acatar com a Legalidade
922 na sua actuação, a par dos demais princípios pelos quais se rege, e mormente com as
923 determinações da IGAL.

924

925 Entende ainda este executivo que, à semelhança do que respondeu, e conforme divulga
926 neste devido momento, em anexo, importa conceder espaço ao mais estrito
927 cumprimento formal e essencial dos requisitos legais cujo detrimento nos traz aqui hoje.
928 Primordialmente, não pode deixar de ser tido em conta a necessidade de promover
929 ampla audiência de interessados sobre a matéria.

930 Em sede de Assembleia Municipal abertamente poderão todos apreciar o impacto que
931 se pretende inculir aos funcionários.

932

933 A determinação à reposição das quantias recebidas pelos funcionários importa
934 determinar, outrossim, um pesado agravamento das circunstâncias económicas dos
935 funcionários públicos, numa altura em que, a nível nacional, enfrentam já uma redução
936 na ordem dos 25% da sua *qualidade* remuneratória. Não é estranho a ninguém, e
937 carece de desenvolvimento, pese a maior ou menor compreensão dos motivos dos
938 mesmos, os sacrifícios que se pedem e se aplicam, por força de lei, ao funcionalismo.

939 Estes são os nossos soldados, que constroem o concelho, a freguesia, a vila ou aldeia
940 onde habitamos.

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

941 São os nossos cuidadores, que zelam pela Higiene, pela Segurança, pela Educação,
942 pela Protecção Civil, pela nossa Floresta, pelas nossas Crianças, pelo Desporto...

943 É a eles que se pede para cortar um pouco mais, um pouco aqui, no subsídio tal, um
944 pouco ali nas horas, um pouco a pouco que não passa despercebido ao fim do mês
945 quando, de outra banda, se lhes pede que sejam cidadãos cumpridores e pagadores,
946 todos, não uns mais do que os outros.

947 Estes são os nossos trabalhadores, que não se enganem, são efectivamente quem
948 cuida de nós, e é a eles que, compreenda-se ou não, a Inspecção entende que devem
949 ser pedidos mais de 129.000€ *indevidamente* pagos.

950 Importa ainda atentar que, no tocante à deliberação de anulação da opção gestionária,
951 encontram-se pendentes em contencioso no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria
952 dois processos que visam a declaração de nulidade ou anulação da Deliberação de 30
953 de Agosto de 2010 que declarou a nulidade da Deliberação de 8 de Outubro, a qual, por
954 sua vez, aprovara a alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária
955 com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2009 e subsequente alteração orçamental.

956 Tal bastaria, quem sabe, para se defender que o assunto está entregue a quem de
957 Direito, e a quem tem autoridade para decidir se tais quantias foram ou não
958 indevidamente pagas aos funcionários, como entende a Inspecção.

959 Mas não basta. Porquanto o petítório, elaborado pelo STAL e por funcionários desta
960 autarquia, não versa directamente tal questão reintegratória.

961 Assim, se por um lado, a decisão destes autos impedirá seguramente qualquer tomada
962 de decisão mais célere, por outro, não decidirá na integra a questão que ora se nos
963 coloca.

964 E não se enganem os incautos, a ilegalidade praticada por quem criou a situação,
965 voluntaria ou negligente, consciente ou inconscientemente, não será abafada pela boa
966 vontade de quem visou a regularização, comedida, de uma situação criada de modo
967 torpe e irregular.

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

968 A Administração local rege-se, não apenas pelo Primado da Legalidade, mas ainda
969 pelos princípios da Proporcionalidade e da prossecução do interesse público e da
970 protecção dos direitos e interesses legalmente protegidos.

971 Pelo que, importa, ao decidir, como se impõe, estes dois sensíveis tópicos, respeitar os
972 direitos e interesses de cada um destes funcionários, cidadãos portugueses, avançando
973 na decisão apenas até onde seja imprescindível para assegurar o interesse público, não
974 devendo utilizar-se medidas mais gravosas quando outras, que o sejam menos, sejam
975 suficientes para atingir os fins da lei. As decisões dos órgãos da Administração Pública
976 querem-se, antes de mais, legais, adequadas e proporcionais aos objectivos a efectivar.
977 E apenas serão adequadas se aptas a atingir esses objectivos e proporcionais se os
978 sacrifícios exigidos forem equilibrados com as vantagens obtidas.

979 Neste tempo, e pelos tempos que se avizinham mas não se datam, Portugal e os
980 portugueses gerem perdas e acumulam sacrifícios.

981 A nossa actuação será legal e íntegra, pesando e considerando todos os eixos, formais
982 e humanos.

983 Nesta esteira de entendimento não nos afastamos da Administração Central.

984

985 Veja-se a esse exemplo, o Despacho n.º 12713/2011 dos MINISTÉRIOS DAS
986 FINANÇAS E DA DEFESA NACIONAL, recentemente publicado na 2.ª série do Diário
987 da República, na sequência, precisamente, de auditoria financeira de controlo e
988 avaliação da gestão de recursos humanos e da realização de despesa sobre as
989 remunerações dos militares dos três ramos das Forças Armadas.

990

991 Bastante à semelhança do que se passa com o processo em crise, a Inspecção -Geral
992 de Finanças identificou ilegalidades e/ou irregularidades decorrentes da aplicação do
993 regime de transição do regime remuneratório.

994 De cuja aplicação resultaram “*valorizações remuneratórias desconformes*”

995 Em tal trecho, entendeu-se, e parece-nos, bem, existirem “*razões de equidade e de*
996 *interesse público de excepcional relevo para que sejam mantidos intactos os efeitos*

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

997 *financeiros já produzidos pelos procedimentos de transição e arrastamento adoptados,*
998 *não havendo lugar, nesta esteira, a reposição de valores pecuniários pagos na*
999 *decorrência de tais procedimentos, sem prejuízo de se determinarem as*
1000 *condicionantes, termos e limites a adoptar na revisão desses procedimentos de*
1001 *transição*”

1002 Igualmente, neste ponto, e à semelhança do que deixamos dito supra, foram pesados
1003 “os direitos e interesses legalmente protegidos de particulares, como define o artigo
1004 266.º, n.º 1, da Constituição, nomeadamente por aplicação dos princípios da
1005 proporcionalidade, da justiça e da boa fé, referidos no n.º 2 do mesmo artigo da
1006 Constituição”

1007

1008 Ora, é inegável que qualquer plano de reposição das quantias em causa, seja no
1009 Município do Bombarral, seja nas Forças armadas, teria de se articular com uma
1010 redução gravíssima de condições remuneratórias da função pública.

1011

1012 Determinou-se, conseqüentemente, não obstante a inexistência de condições, neste
1013 trecho temporal em que nos encontramos, para determinar a reposição das quantias
1014 pagas, que deverão os ramos em questão proceder à reconstituição casuística das
1015 situações conformando as actuais situações jurídicas dos militares das Forças Armadas
1016 com a regular aplicação da lei remuneratória que se lhes aplica; devendo todo o
1017 procedimento ser acompanhado, conjuntamente, pela Inspeção-Geral de Finanças,
1018 pela Secretaria -Geral do Ministério da Defesa Nacional e pela Direcção-Geral de
1019 Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional.

1020

1021 A decisão a que aludimos é justa, equilibrada e ponderada e o exemplo, como se diz,
1022 vem de cima.

1023

1024 **Termos em que deverá ser discutida e sujeita a aprovação a seguinte deliberação:**

1025

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

- 1026 1. Considerando o teor dos Relatórios elaborados no decurso do Processo nº
1027 100500-IO/2011 promovido pela Inspeção-Geral da Administração Local;
- 1028 2. Considerando as apontadas ilegalidades ou irregularidades que afectam os
1029 despachos 78/2008, de 24 de Novembro e os vários despachos, sem data,
1030 lavrados em todas as solicitações dos trabalhadores, referentes a reavaliação da
1031 ponderação curricular;
- 1032 3. Considerando que, no entender da referida estrutura inspectiva, deviam ter sido
1033 devolvidas, pelos trabalhadores, quantias que totalizam, aproximadamente,
1034 129.128,70€.
- 1035 4. Considerando a pesada realidade económica e as particulares circunstâncias
1036 remuneratórias dos funcionários públicos, qualquer plano de reposição das
1037 quantias em causa viria somar-se a uma redução gravíssima de condições
1038 remuneratórias da função pública.
- 1039 5. Considerando que, como tal, na actual conjuntura não existem meios e recursos
1040 para demandar aos funcionários esse acrescido sacrifício;
- 1041 6. Considerando a importância de serem cumpridos todos os formalismos
1042 essenciais, nomeadamente, Audiência dos interessados;
- 1043 7. Considerando que se encontram pendentes no Tribunal Administrativo e Fiscal
1044 de Leira, os processos 1763/10 e 1757/10, onde é pedida a declaração de
1045 nulidade ou anulação da Deliberação de 30 de Agosto de 2010 que declarou a
1046 nulidade da Deliberação de 8 de Outubro, a qual, por sua vez, aprovara a
1047 alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária com efeitos
1048 retroactivos a 1 de Janeiro de 2009 e subsequente alteração orçamental;
- 1049 8. Considerando que, caso venha a ser, e no momento em que o seja, determinada
1050 a reposição das quantias em causa, tal decisão deverá se pronunciar,
1051 igualmente, sobre meios, modo e tempo para o seu acatamento, nomeadamente
1052 permitindo o pagamento em prestações, e determinando que o seja por dedução
1053 não abatida, guia, compensação;

ACTA N.º 24/2011 – Reunião ordinária do dia 2011.10.31

1054 9. Considerando o Primado da Legalidade, e o seu equilíbrio pelos Princípios da
1055 Proporcionalidade e da prossecução do Interesse Público e da protecção dos
1056 direitos e interesses legalmente protegidos.

1057

1058 **Propõe-se:**

1059 **1. Que seja criado um mecanismo provisório de reposição das**
1060 **situações anteriores aos despachos visados, para o que se impõe a**
1061 **regulamentação de procedimento que fixe a transição para a**
1062 **realidade actual, sempre atendendo às reais condições do Município**
1063 **e do País.**

1064 **2. Procedimento este que deverá merecer apoio e acompanhamento da**
1065 **Inspeção Geral das Finanças, bem como de outras entidades de**
1066 **tutela que, em sede de debate e discussão, venham a ser apontadas**
1067 **como preponderantes e essenciais ao acompanhamento deste**
1068 **procedimento.**

1069 **3. O procedimento deverá ser concluído em momento posterior ao**
1070 **cessar, e saldar, do presente período de emergência nacional.**

1071

1072